

Processo de negociação geral anual para a Administração Pública

Governo apresenta nova proposta

O **SINTAP** reuniu, na passada sexta-feira, 18 de outubro, com a Secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido, para a realização da terceira reunião do processo de negociação geral anual para o setor, tendo o sido apresentado um projeto de documento para um Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, para vigorar até 2028.

Nesse documento, o **Governo apresentou as seguintes propostas:**

PRIORIDADES PARA A LEGISLATURA

- Rever a Tabela Remuneratória Única (TRU);
- Respeitar a regularidade de atualizações salariais anuais, assegurando a previsibilidade de atualização salarial dos trabalhadores da Administração Pública;
- Rever e valorizar carreiras não revistas, dignificando as funções, bem como a evolução nas carreiras profissionais.

REMUNERAÇÕES

Valorização da Base Remuneratória da Administração Pública (BRAP)

BRAP | 2025 | 875,00 € - (RMMG – 870 €)

BRAP | 2026 | 925,00 € - (RMMG – 920 €)

BRAP | 2027 | 975,00 € - (RMMG – 970 €)

BRAP | 2028 | 1025,00 € - (RMMG – 1020 €)

**RMMG – Rendimento Mínimo Mensal Garantido*

Valorização das Remunerações da Administração Pública

Aumento anual equivalente a um nível remuneratório da TRU 55,26 € ou um mínimo de 2,1% (para os salários mais elevados), em 2025 e em 2026 e, 57,89 € ou um mínimo de 2,2% (para os salários mais elevados) em 2027 e em 2028, ou seja, para os próximos quatro anos o Governo propõe um aumento mínimo de 226,31 €, garantindo que estas valorizações não afetam as progressões e promoções que cada trabalhador tenha direito.

CARREIRAS

Valorização e Revisão de Carreiras Não Revistas

Sem prejuízo de reavaliação por acordada entre as partes, o Governo propõe a seguinte calendarização para a revisão de carreiras:

2024 | último trimestre – Administrador Hospitalar e Bombeiros Sapadores;

2025 | 1.º semestre – Carreiras de Oficial de Justiça e de Técnico Superior de Saúde;

2025 | 2.º semestre – Carreiras de Inserção Social e de Técnico Superior de Reeducação;

2026 | 1.º semestre – Carreiras Inspetivas;

2027 | 1.º semestre – Carreiras de Polícia Municipal e de Vigilante da Natureza;

2027 | 2.º semestre – Carreiras de Tripulantes de Embarcações Salva-Vidas e de Medicina Legal.

Vsff →

ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

A proposta de acordo apresentada por Marisa Garrido refere, tal como acontece no acordo atualmente em vigor, que por iniciativa de qualquer das partes poderá proceder-se à reavaliação das matérias e calendários acordados:

- **anualmente, no âmbito do processo de negociação geral anual que antecede a apresentação do Orçamento do Estado;**
- **sempre que se verificar uma alteração substancial às condições relativas à definição de matérias e calendários acordados.**

ANÁLISE DE CONTEÚDOS FUNCIONAIS COM ESPECIFICIDADES

O Governo propõe que fique estabelecido entre as partes a possibilidade de análise e avaliação das carreiras da Administração Pública, em 2027, em sede do processo negocial desse daquele ano, com vista a analisar e ponderar conteúdos funcionais com especificidades que justifiquem densificação ou especialização, não deixando claro, contudo, em que setores ou carreiras essa avaliação será feita, nem se contempla a possibilidade de criação de novas carreiras.

No que respeita às dúvidas existentes relativamente ao âmbito das autorizações legislativas inscritas no projeto de Orçamento do Estado para 2025, sobre **matérias tão sensíveis como a alteração à Lei da Greve, o projeto piloto do SIADAP, as baixas médicas, as mobilidades e os dias de férias, a Secretária de Estado referiu que não existe intenção do Governo em alterar os regimes de quaisquer uma dessas questões, mas sim proceder à respetiva simplificação, tendo o SINTAP ficado sem resposta face à proposta de utilizar essas autorizações legislativas para repor os 3 dias de férias retirados aos trabalhadores aquando do período de ajustamento económico e financeiro.**

O SINTAP, sem prejuízo da análise e da avaliação que fará internamente, nos seus órgãos dirigentes, **referiu desde logo que os valores de atualização salarial propostos, apesar de melhorados, continuam a ser insuficientes, mantendo-se aquém do necessário para que os trabalhadores obtenham a garantia de recuperação de algum poder de compra.**

O SINTAP disse que é também injustificável que a proposta apresentada pelo Executivo não contemple a atualização de outras matérias pecuniárias, nomeadamente do subsídio de alimentação, das ajudas de custo, do abono para falhas e dos suplementes remuneratórios, e considerou que, além de pecar por escasso no que respeita às carreiras contempladas, o calendário apresentado é demasiado dilatado no tempo.

Referiu ainda o SINTAP que a análise e a ponderação de conteúdos funcionais com especificidades que justifiquem densificação ou especialização terá de ser feita o quanto antes, e ser objetiva quanto aos setores e carreiras sobre os quais incidirá, bem como quanto ao objetivo de resultar na criação de novas carreiras.

O SINTAP espera também que o Governo assuma algum compromisso relativamente à contagem de todos os pontos e de todo o tempo de serviço dos trabalhadores que foram afetados, na totalidade, ou em parte, por um ou pelos dois períodos de congelamento nas carreiras.

No próximo dia 25 de outubro, o SINTAP reunirá os seus órgãos e elaborará a proposta negocial que enviará ao Governo com vista à próxima reunião, agendada para o dia 29 de outubro.

Lisboa, 21 de outubro de 2024